

JORNAL DO BRASIL

Fundado em 1891

M. F. DO NASCIMENTO BRITO — *Presidente do Conselho*MANOEL FRANCISCO BRITO — *Director Presidente*ROSENAL CALMON ALVES — *Director*WILSON FIGUEIREDO — *Director de Redação*DACIO MALTA — *Editor*MERVAL PEREIRA — *Editor Executivo*ORIVALDO PERIN — *Secretário de Redação*

O Leão da Metro

A disposição da CPI para liberar o senador José Sarney de explicações não tem o poder de anistiar o ex-presidente, dentro ou fora do Orçamento. Sarney não respondeu no devido tempo às 67 indagações encaminhadas a ele pela primeira CPI da corrupção, que se encerrou com conclusões contundentes, desfavoráveis ao seu governo.

Quando o ex-presidente foi ao Senado, dia 17 passado, a expectativa geral era que não perderia a oportunidade de esclarecer os pontos enigmáticos do seu governo, mas perdeu. E perdeu a melhor oportunidade de ficar calado a respeito de um assunto que o despiu do argumento que lhe escondia a vergonha: o senador quis passar de devedor de explicações a acusador com um currículo falso, em que aparece recusando, com voz grossa, proposta do **JORNAL DO BRASIL** ao Banco do Brasil. Foi enfático e dono da moralidade: não podia, em nome e no interesse do povo, admitir a proposta para quitar um débito.

Pois bem: para não haver dúvida de que o motivo de Sarney foi outro, e sem qualquer fundamento moral, o **JORNAL DO BRASIL** publicou cópia de originais em que a direção do Banco do Brasil mandava atender, durante o seu governo, a duas propostas de pagamento de débitos em dólar no banco oficial com publicidade. Mais grave é que as duas empresas agraciadas com a operação — a Televisão Mirante e a Gráfica Escolar — eram e são de propriedade da família Sarney no Maranhão. O ex-vice-presidente deve uma explicação para esta estranha associação entre televisão e gráfica.

E deve agora, além das 67 respostas à CPI da corrupção no seu governo, mais uma explicação, sem gritos. Deveria usar menos ardor retórico e mais verdade nas palavras. A opinião pública espera que, antes da abertura da campanha eleitoral, o senador esclareça também a nebulosa parceria empreendedora entre o seu genro e o ex-funcionário da CEF, Miguel Ethel, mais conhecido como o "PC do Sarney", no Brasil e alhures.

Quanto mais retardar as explicações, mais o ex-presidente terá que suar com as palavras. Quando mentiu aos seus pares no Senado, Sarney estranhou — quando o direito de estranhar é dos cidadãos — que só agora, quatro anos depois, estivessem sendo levantados pela imprensa casos de imoralidade comprometedores do seu governo. Só se lembra de ataques políticos durante o seu governo. Positivamente, a amnésia ex-presidencial

pede tratamento de choque: Sarney deve acreditar que, deixando sem resposta as 67 perguntas que pediam franqueza, eliminou para sempre a CPI da corrupção do seu governo.

Os ataques políticos de que se queixa o senador pelo Amapá ergueram na sua consciência uma barreira para protegê-lo do conhecimento de verdade. O que mais houve nos seus cinco anos foram denúncias de falcatuas, privilégios, "franciscanismo", desgoverno, complicitades. Tanto assim que o seu sucessor fez a campanha (e se elegeu) denunciando abusos, mordomias, exercício do poder como ação entre amigos, viagens milionárias ao exterior com o reforço de grandes aviões para trazer exclusivamente bagagem e descendo à sorrelfa em aeroportos guardados militarmente. Foi com tudo isso que o candidato Fernando Collor ganhou a eleição, reforçado pela promessa (por sinal não cumprida) de dar voz de prisão ao ex-presidente no ato de transmissão do poder.

A perda da memória do senador pelo Amapá não explica a insistência de faltar à verdade com os seus pares. Não pode alegar desconhecimento da CPI da corrupção no seu governo apenas porque se recusou a dar as respostas pedidas pelos senadores. Não podia alegar razões morais contra o **JORNAL DO BRASIL** depois de ter, no governo, beneficiado empresas dele próprio com empréstimos do Banco do Brasil pagos com publicidade.

A nação vai aos poucos se inteirando melhor do lado obscuro da satrapia maranhense. A CPI do Orçamento, puxando o veio da corrupção que aflorou antes no governo Sarney, já revelou que a Fundação Memória Republicana não passa — na opinião de um membro da Subcomissão de Emendas — de fachada atrás da qual o Memorial José Sarney recolhe benefícios suspeitos.

Pode ir desde já, portanto, como o leão da Metro, preparando gritos, esgares e arreganhos de valentia, pois o contribuinte tem o direito de saber tudo sobre o contrato de cessão do venerando Convento das Mercês, onde se aboletou a fundação — que precisará de autorização do próprio ex-presidente ou de sua família para ser devolvido ao poder público. Satrapice típica que tornou o Maranhão refém de Sarney.

Já que a CPI é do Orçamento, convém ir esclarecendo as duas emendas que roeram o queijo suíço, uma delas do senador Sarney, destinando verba a uma fundação privada, que finge ser pública.

Antes que seja convocado a depor.